

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 43.130 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : ALEXANDRE BALDY DE SAN TANNA BRAGA
ADV.(A/S) : IGOR SANT ANNA TAMASAUSKAS
ADV.(A/S) : PIERPAOLO CRUZ BOTTINI
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO: Trata-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por **Alexandre Baldy de San Tanna Braga**, com fundamento no art. 102, inciso I, alínea I, da Constituição, contra ato do Juiz da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

O Ministério Público Federal imputa ao ora reclamante a prática dos crimes de corrupção passiva, fraude a licitação, peculato e organização criminosa em contratações de organização social atuante na área da saúde no Estado de Goiás.

A inicial acusatória vem respaldada na delação premiada de Ricardo Brasil Correa, Manoel Vicente Brasil Correa e Edson Crivel Giorno, que relataram supostos pagamentos de vantagens indevidas ao reclamante para obtenção de benefícios em contratos com entidades públicas.

A defesa afirma que a autoridade reclamada recebeu denúncia contra o reclamante por delitos comuns conexos a crime eleitoral, em manifesta violação à autoridade da decisão proferida por esta Suprema Corte no julgamento do Inq 4.435.

Alega que, no julgamento da questão de ordem no referido inquérito, o STF firmou entendimento segundo o qual compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos, na forma dos artigos 109, inciso IV, e 121 da CF, art. 35, inciso II, do Código Eleitoral e art. 78, inciso IV, do Código de Processo Penal.

RCL 43130 MC / RJ

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da Ação Penal 5051100-36.2020.4.02.5101, das Medidas Cautelares 5037070-93.2020.4.02.5101 (prisão temporária e busca e apreensão) e 5042826-83.2020.4.02.5101 (sequestro e indisponibilidade de bens), e de todo e qualquer expediente investigativo em sede policial ou ministerial relacionado aos fatos.

No mérito, requer seja reconhecida a procedência da presente pretensão, cassando-se a decisão de recebimento da denúncia, proferida nos autos da Ação Penal 5051100-36.2020.4.02.5101, por incompetência absoluta do Juízo, determinando-se a remessa imediata dos autos mencionados das Cautelares 5037070-93.2020.4.02.5101 (busca e apreensão), 5042826-83.2020.4.02.5101 (sequestro e indisponibilidade de bens), 0500625-41.2019.4.02.5101 (outras medidas cautelares), 0500717-19.2019.4.02.5101 (anexos dos acordos de colaboração premiada) e de toda e qualquer investigação em sede policial ou ministerial sobre os fatos à Justiça Eleitoral do Estado de Goiás.

É o relatório.

Decido.

Diante da constelação fática apresentada verifico, em cognição cautelar, a existência (1) de substrato fático suficiente para configuração de *fumus boni iuris* e (2) de elementos que justificam o deferimento liminar ante o *periculum in mora*.

Quanto aos fatos que, em cognição cautelar, apontam para a razão do reclamante quanto ao prevailecimento da competência da Justiça Eleitoral, transcrevem-se aqui 7 (sete) excertos da manifestação do MPF bem como dos termos de depoimentos de colaboradores que a sustentam:

Excerto 1: “Combinou-se também o pagamento de R\$ 500 mil

para Alexandre Baldy, que o requisitou como doação extraoficial para sua campanha ao cargo de Deputado Federal e em contrapartida ao auxílio prestado.” (eDOC 7)

Excerto 2: *“No mesmo contexto, em agosto de 2014 – isso porque a primeira entrega de valores a ALEXANDRE BALDY ocorreu no início de set/2014 –, ALEXANDRE BALDY solicitou a EDSON doação para sua campanha para deputado federal.” (eDOC 8)*

Excerto 3: *“Como a campanha estava a todo vapor, RODRIGO DIAS pressionou bastante EDSON a fim de que realizasse a doação não oficial para a campanha de ALEXANDRE BALDY. RODRIGO DIAS ligava para EDSON insistentemente e ia frequentemente à sede da Pró-Saúde.” (eDOC 9)*

Excerto 4: *“(…) liberado o dinheiro em espécie por GIRALDES, EDSON entregou a quantia de R\$ 500 mil diretamente ao candidato ALEXANDRE BALDY em Goiânia.”*

Excerto 5: *“(…) esteve presente na reunião em que se decidiu pela ajuda a campanha de 2014; (...) QUE na reunião foi dito que a ajuda de campanha não poderia ser oficial, que deveria ser feita por fora;” (eDOC 10)*

Excerto 6: *“nesta ocasião ALEXANDRE BALDY e RODRIGO DIAS solicitaram uma quantia para a campanha do primeiro.” (eDOC 11)*

Excerto 7: *“Em agosto de 2014, ALEXANDRE BALDY pediu uma ajuda para a sua campanha para deputado federal ao EDSON.” (eDOC 5)*

Com base nisso e considerando o precedente fixado pela Corte no 4º Agravo Regimental no Inq 4.435, ora apontado como decisão paradigma, **entendo suficientemente demonstrado o requisito de *fumus boni iuris*.**

Confira-se como restou ementada a decisão-paradigma:

“COMPETÊNCIA – JUSTIÇA ELEITORAL – CRIMES CONEXOS. Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos – inteligência dos artigos 109, inciso IV, e 121 da Constituição Federal, 35, inciso II, do Código Eleitoral e 78, inciso IV, do Código de Processo Penal.”

Com relação à existência de uma situação de urgência que justifica o deferimento da liminar, observo que o reclamante está sujeito a diversas medidas cautelares, que tocam direitos fundamentais, determinadas por Juízo em tese incompetente, tais como busca e apreensão e bloqueio de bens.

Ademais, o processo de cognição já se encontra em trâmite, tendo sido a exordial acusatória recebida pela autoridade reclamada. Disso resulta que, a partir da verificação de *fumus boni iuris*, o livre desenrolar da marcha processual pode causar danos cada vez mais graves em desfavor do paciente, configurando-se o *periculum in mora*.

De plano, cumpre ressaltar que segundo a garantia fundamental do juiz natural, prevista pelo art. 5º, XXXVIII e LIII, da Constituição de 1988, os julgamentos devem ser realizados pela autoridade jurisdicional competente, sendo proibida a designação de juízos ou tribunais de exceção.

A norma do art. 5º é reproduzida em praticamente todos os países de forte tradição constitucional, tratando-se de uma das principais garantias civilizatórias estabelecidas e consolidadas nos últimos séculos.

Em Portugal, Jorge de Figueiredo Dias (**Direito processual penal**, 1974, p. 322-323) defende que a ideia de juiz natural se assenta em três

postulados básicos: (a) somente são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição; (b) ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato; (c) entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências que exclui qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja.

Na jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão, decidiu-se que integra o conceito de juiz natural, para os fins constitucionais, a ideia de imparcialidade, isto é, a concepção de “*neutralidade e distância em relação às partes (Neutralität und Distanz des Richters gegenüber den Verfahrensbeteiligter)*” (BVerfGE, 21, 139 (146); Pieroth/Schlink, *Grundrechte Staatsrecht II*, cit., p. 277).

Discorrendo sobre a experiência colombiana, Carlos Bernal Pulido afirma que “*O direito a um juiz natural é um direito a um juiz pré-estabelecido, com competências fixadas em lei, de maneira a possibilitar a garantia da imparcialidade*” (PULIDO, Carlos Bernal, **El derecho de los derechos. Escritos sobre la aplicación de los derechos fundamentales**, p. 362).

Portanto, o juiz natural é aquele previamente definido pela Constituição e pela legislação como órgão competente e imparcial para conhecer determinada demanda, sendo a competência definida como “*a porção, quantidade, medida ou grau de jurisdição que corresponde a cada juiz ou tribunal*”, conforme definiu a Corte Constitucional da Colômbia (Sentencia C-040 de 1997, Magistrado Ponente Antonio Barrera Carbonell).

Por sua vez, a fixação da competência deve obedecer a determinadas características, como: a legalidade, pois deve ser fixada por lei em sentido estrito; a imperatividade, que significa a impossibilidade de ser derogada por vontade das partes; a imodificabilidade, porque não pode ser alterada durante o curso do processo (*perpetuatio jurisdictionis*); e a indelegabilidade, já que não pode ser transferida por quem a possua para

RCL 43130 MC / RJ

outro órgão. Além disso, trata-se de matéria de ordem pública, posto que fundada em princípios de interesse geral (PULIDO, Carlos Bernal, **El derecho de los derechos. Escritos sobre la aplicación de los derechos fundamentales**, p. 362).

Nessa linha de fundamentação, destaca-se a importância do respeito à garantia constitucional do juiz natural e da devida observância dos critérios constitucionais e legais de fixação da competência.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para determinar a suspensão da ação penal nº 5051100-36.2020.4.02.5101, das medidas cautelares nº 5037070-93.2020.4.02.5101 (prisão temporária e busca e apreensão) e 5042826-83.2020.4.02.5101 (sequestro e indisponibilidade de bens), e de todo e qualquer expediente investigativo em sede policial ou ministerial relacionado aos fatos, até que seja decidido o mérito da presente reclamação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de setembro de 2020.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente